

# Diário da Assembléia

Nº 3.005

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



# 4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 19.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 25 de Março de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Fuad Nacli — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 32 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 13-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, — adita ao n.º 16, do art. 56, redação que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos nesta oportunidade tão somente reiterar as razões de nosso voto em Plenário, contrário ao veto aposto pelo Sr. Governador do Estado, visto que os argumentos de S. Exa. não nos convence da inconstitucionalidade cometida por esta Casa de Leis. Cabe-nos nesta oportunidade, reiterar o nosso voto contrário ao veto e favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto.  
Rejeitado o Projeto. Mantido o veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. a verificação de votação

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Erondy Silvério. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).  
Responderam a chamada 22 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação. Fica transferida para amanhã, dia 26, às 14,00 horas, a votação da Proposição n.º 13-73.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, às 14,00 horas.  
Levanta-se a Sessão.

# 4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 19.ª Sessão Ordinária Realizada em 25 de Março de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Antônio Costa — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Fuad Nacli — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 15-74, 16-74, 21-74, 22-74 e 23-74.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ruth Oleani.

Outrossim, solicita ainda, da decisão da Casa dê-se ciência à família entulada, à rua Barão de Campos Gerais, 456.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer abono de faltas dos dias 21 e 22 próximos passados, por estar atendendo interesses dos Municípios que representa nesta Assembléia.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Borsari Neto

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor da CACEX solicitando que sejam imediatamente liberadas as exportações de soja.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Borsari Neto

## JUSTIFICATIVA:

Várias regiões de nosso Estado, face principalmente a grande ocorrência de chuvas, tiveram antecipadas a colheita do soja. A liberação da exportação somente após 1.º de maio constitui-se em fator de queda nos preços e entendemos assim a fim de que os produtores não sejam sacrificados na época da colheita, justificando nossa solicitação.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo, pela passagem, amanhã, do cinquentenário de fundação do Clube Atlético Paranaense.

Resultado da fusão do América e do Internacional, o Atlético, em seu meio século de existência vem conquistando inúmeros lauréis para o desporto paranaense, congregando em seu corpo associativo ponderável parcela da população de nosso Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à sua Diretoria, na pessoa do Presidente Doutor Lauro Régio Barros.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Maurício Fruet

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário desta Casa, requer envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do D.E.R., solicitando providências para reparos imediatos nas rodovias que ligam Ribeirão do Pinhal a Nova Fátima e Jacarezinho.

Ocorre que as estradas acima referidas, desde muito tempo se acham em precárias condições, o que vem dificultando e encarecendo em muito o transporte de toda produção daquela importante região agrícola de nosso Estado. O fato mais grave ainda, diz respeito ao elevado número de estudantes que diariamente frequentam as Faculdades de Jacarezinho e Cornélio Procopio, uma vez que os motoristas pretendem não mais efetuar as viagens se a situação perdurar.

E é em razão disso que apelamos ao Excelentíssimo Senhor Diretor do D.E.R., no sentido de determinar prioridade nos referidos reparos.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja inserido em Ata um voto de profundo regozijo pela recente investidura, do eminente engenheiro Honório Petersen Hungria, na direção da Carteira de Projetos Cooperativos, do Banco Nacional de Habitação.

Os elevados predicados profissionais, morais e humanos, acumulados por tão ilustre paranaense, no curso de sua vida pública e privada, testemunham o incontestável acerto da louvável decisão de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Requer, outrossim, aprovado o presente Requerimento, seja a decisão desta Augusta Casa comunicada àquela personalidade, para o que declina o seguinte endereço:

Doutor Honório Petersen Hungria.  
DD. Diretor da Carteira de Projetos Cooperativos  
Banco Nacional da Habitação  
Rua Chile, 230 — Centro  
RIO DE JANEIRO — GUANABARA.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974.

(a) — Ivo Rocha

## Requerimento

Senhor Presidente:

No último dia 21 do corrente, o Município de Sertaneja inaugurou uma obra considerada como pioneira em todo o Estado. É um empreendimento de alto significado humano, e, que visa criar as melhores condições para que a merenda escolar, seja fornecida com absoluta regularidade e obedecendo o mesmo padrão de higiene e teor alimentício, em todo o Município. A cidade que tem a sua frente como prefeito o médico Dr. Waldemar Scardazzi, profundo conhecedor dos problemas criados pela desnutrição de alunos em idade escolar, recebeu uma obra que a situa entre as primeiras no setor de alimentação escolar, em todo o Brasil. Trata-se da inauguração e funcionamento da COZINHA CENTRAL DA MERENDA ESCOLAR, construída e equipada para o preparo de merenda escolar, dentro dos mais altos padrões de higiene e o máximo equilíbrio dietético.

Assim, a merenda escolar é distribuída diretamente da COZINHA CENTRAL para as escolas rurais e urbanas, abrangendo as escolas municipais e estaduais, com real garantia de regularidade perfeita na qualidade, preparo e distribuição.



A professora Ester Antonieta Viana Perfeito, chefe de setor da Campanha Nacional de Alimentação Escolar presente a inauguração, destacou com ênfase o pioneirismo do progressista Município de Sertaneja.

Considerando pois o alto significado que representa o fato para todo o Paraná, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o registro de um voto de louvor ao Senhor Prefeito Municipal daquele Município pelo extraordinário trabalho.

Requer ainda que desta decisão seja dado ciência aos exmos. senhores Dr. Waldemar Scardazzi a Antônio Bitonti, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a Casa, ouvido o Plenário, seja endereçada à Sua Excelência, Sr. MARIO HENRIQUE SIMONSEN DD. Ministro da Fazenda, correspondência com o seguinte teor:

"Senhor Ministro,

Lamentável, sob todos os aspectos, tem sido a atitude do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL no tratamento dos pedidos que lhe são submetidos pelos Bancos Oficiais para a abertura de novas Agências. Retarda ao máximo a autorização para as principais praças com o objetivo inequívoco de favorecer à rede bancária privada que neles se encontra instalada.

No PARANÁ, causa-nos espécie que um Município da expressão de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, polo econômico regional, apenas ao findar o ano de 1973 tenha sido beneficiado com a autorização de funcionamento de uma Agência do Banco do Brasil S.A., enquanto outros de menor expressão, desde longo tempo, já possuem filiais de nosso principal estabelecimento de crédito.

Ainda recentemente, a praça de DOIS VIZINHOS, no Sudoeste de nosso Estado, embora incluída entre as primeiras propostas ao CONSELHO pelo Banco do Brasil S.A., teve a sua autorização de abertura negada, o que, aliás, já havia ocorrido com idêntico pedido do Banco do Estado do Paraná S.A.

Tal procedimento do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL traduz verdadeiro ato de sabotagem aos maiores interesses da economia paranaense. Daí a razão pela qual formulamos o presente Ofício à Vossa Excelência, objetivando obter sua esclarecida atenção para o problema e dizer aos senhores membros do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL que ali se encontram para a proteção das conveniências da Nação e não dos grupos financeiros a que, por simpatia ou interesses, estejam ligados".

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., Presidente do Banco do Estado do Paraná, Prefeitura e Câmara Municipal do Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

(Ocupa a Presidência o Deputado Santos Lima).

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Erondy Silvério, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia fazer na tarde de hoje um pronunciamento abordando um assunto que tem sido a preocupação constante desta Casa e de todos os Srs. Deputados que integram o Poder Legislativo, da Bancada da ARENA e do MDB.

Infelizmente, por razões de um fato ocorrido há poucos instantes, aqui nesta Capital, que chocou profundamente uma família amiga e, conseqüentemente, a todos nós, do rapto de uma criança de onze anos, não tenho condições psicológicas, como pai e como amigo, de dirigir a palavra.

Quero apenas congratular-me com esta Casa pelos diversos pronunciamentos feitos, fazendo chegar ao Chefe do Executivo a preocupação da Assembléia Legislativa e o anseio do funcionalismo público do Paraná com relação à majoração de seus vencimentos.

Trago, neste instante, aos Srs. Deputados, porta vozes legítimos dos anseios populares, a notícia de que, graças a Deus, os apelos desta Casa foram atendidos, porque quando se trata de um assunto de tanta importância, que é beneficiar os homens que integram a máquina administrativa do Paraná, temos que colocar a política acima de nossos interesses.

Felizmente, o Governador Emílio Gomes, sensível também a estes problemas que afligem os Servidores de nosso Estado, homem que conhecemos bem, de origem humilde, compreendeu e sentiu também como sentiram os Srs. Deputados a necessidade do envio a esta Casa da Mensagem que, talvez não satisfizesse ou não seja aquilo que o funcionalismo espera, mas que, acredito, venha minorar, em parte, as grandes dificuldades por que passam milhares e milhares de chefes de família e que são também, os construtores deste grande Estado que é o Estado do Paraná.

Quando tivemos a honra de dirigir o Estado, por ocasião do licenciamento do Professor Parigot de Souza e, já escolhido para governar o Paraná o atual Governador Emílio Gomes, mantivemos com o mesmo, com o Secretário da Fazenda Maurício Schulman e com o Secretário do Governo Ivo Moreira, entendimentos no sentido de se atualizar os vencimentos dos funcionários públicos de nosso Estado.

Muitos Deputados com assento nesta Casa ocuparam esta Tribuna, não no sentido de crítica, mas no sentido de apelo, porque ninguém desconhece, que com o alto custo de vida, as dificuldades porque passam os chefes de família que tem o encargo de esposa e de filhos e que não podem, em absoluto, sair de suas casas para emprestar sua colaboração ao Estado, não tem condições psicológicas de prestar um serviço à altura, sabendo que, em sua casa, que no seu lar, existe uma preocupação, a preocupação maior que é o sustento de seus filhos. Razão porque, todas as manifestações daqui desta Casa, em instante algum, o Governador recebeu como crítica e sim como apelo e subsídio a fim de que ele pudesse, dentro do mais breve tempo possível, enviar à Assembléia Legislativa, para que os Srs. Deputados possam apreciar a Mensagem de aumento do funcionalismo estadual. Naquela ocasião, ficara estabelecido que o Governo do Estado daria um aumento a partir do mês de março; um abono no mês de setembro e, para o mês de março de 75, verificados os índices de aumento do custo de vida, se chegasse a um aumento definitivo, corrigindo a

grande injustiça que se tem feito ao funcionalismo do Estado, estabelecendo um calendário de aumento ao funcionalismo público, para que não ocorra mais o que vem acontecendo por todos esses anos sucessivos, quando, em todo mês de março, o Governo Federal concede aumento ao funcionalismo federal; o Governo do Estado fica sem saber se pode, se deve, ou não deve, dar o aumento. Encontrando sempre o Governo do Estado aquela barreira de que não é permissível se conceder dois aumentos dentro do mesmo ano.

Acredito, Srs. Deputados, que, com essa medida, esse aumento que não sei qual o índice — acredito que deverá vir em torno de 10 por cento a partir de março; 10 por cento a partir de setembro, para, no mês de março de 1975, ser corrigida definitivamente essa grande injustiça cometida contra os servidores públicos de nosso Estado.

E pedimos também apoio de todos os Srs. Deputados, principalmente daqueles que tem comparecido à esta Tribuna, que façamos chegar ao Sr. Chefe do Poder Executivo que não esqueça das classes liberais que também vem encontrando grandes dificuldades, esses homens que, com curso universitário, homens que por quase 20 anos passaram de banco em banco de escola, e, hoje, não tem condições de sobrevivência com os salários que percebem, propiciando o que estamos verificando diariamente: a evasão de grandes valores de que o Paraná tanto precisa, para outros Estados e para a iniciativa particular.

Acredito que o Governador do Estado, como disse de início, sensível a todos os problemas, haverá de dar acolhida a esse nosso apelo, ao apelo, não da Bancada do Governo e não da Bancada da Oposição, mas o apelo da Assembléia Legislativa, dos homens que são realmente os legítimos representantes do povo e que sentem diariamente a apreensão e dificuldades porque passam milhares de chefes de família do Paraná.

De modo que deixo aqui meu apelo ao Dr. Emílio Gomes e espero o apoio dos Srs. Deputados, para que, dentro de 2 ou 3 dias, essa mensagem chegue a esta Assembléia, a fim de que os Srs. Deputados possam apreciá-la e votá-la dentro do mais breve espaço de tempo possível, dando ao funcionalismo público do Estado essa melhoria de vida, talvez não aquilo que ele espera, não aquilo a que ele tem direito e é de justiça que se dê, mas aquilo que o Estado pode lhe dar e, tenho certeza, virá minorar um pouco essa apreensão, esse sacrifício de toda essa legião de homens que tanto tem ajudado o desenvolvimento de nosso Estado do Paraná.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já um ilustre companheiro, Deputado da Bancada da ARENA, abordou aqui o mesmo assunto que nesta oportunidade temos a honra de enaltecer e que diz respeito a nossa gratidão ao servidor público, que no exercício de sua função teve atuação das mais brilhantes, o Dr. Altevir Caruzzo, diretor substituído na direção da Escola Queiroz Filho, após meses de grandes serviços prestados aos internados, tratando com carinho e justiça aqueles menores que tanta compreensão devem receber por parte das autoridades.

No tempo em que esteve como Diretor, perto de um ano, não recebeu um par de sapato sequer, pois não era homem da simpatia do Diretor do IAM Dr. Newton Grein, que não queria, de forma nenhuma, a permanência do Dr. Altevir Caruzzo, na direção daquela escola, razão de não atender a nenhum pedido aos apelos do Dr. Caruzzo.

Os internos do estabelecimento andavam descalços e seminus, pois faltavam peças de roupa, apesar dos pedidos feitos pelo então Diretor. Quando da saída do Dr. Caruzzo, foi feito um discurso pelo Dr. Newton Grein, dizendo que o Dr. Caruzzo tinha sido convidado para prestar serviços em outra repartição, mas até a presente data esse cidadão que tem uma extraordinária folha de serviços prestada ao Paraná, não está lotado em nenhuma repartição pública estadual.

O motivo do afastamento do eficiente cidadão, foi denunciar o desleixo e o desrespeito com que eram tratados os internos daquele estabelecimento.

(Lenao): "A prova do carinho que os menores que tem a desdita de serem internos da Escola Queiroz Filho, para com o Dr. Caruzzo, foi demonstrada na saída, quando os menores formaram filas indianas para que o mesmo passasse, sob palmas de todos. Isso foi presenciado pelo Diretor do IAM, que ficou mais embevecido pela manifestação amiga daqueles que, pelo menos, uma vez foram tratados como seres humanos". O desejo de todos é que eles possam, um dia, retornar à sociedade após serem devidamente tratados como o foram na Escola Queiroz Filho.

Era a nossa manifestação enaltecendo o trabalho que foi feito e deixado pelo Dr. Altevir Caruzzo.

Por último gostaríamos de alertar as autoridades da SUNAB que, no Norte do Paraná, o povo está pagando o preço da carne quase o dobro. A tabela da SUNAB não está sendo respeitada. O povo tem que entrar numa fila de dois ou três quarteirões para comprar um quilo de carne, sendo que o preço que está fixado na tabela não é respeitado, não tem valor algum. Ou a SUNAB providencia para que o preço por ela tabelado seja fixado ou então retire dos açougues essas tabelas.

Gostaríamos, na oportunidade, de defender o açougueiro. Ele não é culpado da situação que estamos atravessando, pois ele compra a carne mais cara dos frigoríficos. Estes é que estão desrespeitando o Governo Federal, o órgão do Governo Federal, que está para comemorar o seu décimo aniversário de Revolução. Gostaríamos de lembrar, nesta oportunidade, que o povo quer comemorar o décimo aniversário da Revolução com a carne dentro do preço tabelado pela SUNAB, que é o órgão do Governo Federal.

Nosso povo também não está tendo mais óleo comestível. A dona de casa tem que inverter seu critério de cozinhar. A informação que temos é que os fabricantes estão retendo o óleo junto às suas fábricas porque estão esperando o aumento do preço do óleo. Este é um comportamento anti-cristão, uma vez que não está mais havendo respeito ao povo. A SUNAB fixou o preço de Cr\$ 3,91 por lata, no entanto está sendo vendido em Londrina, em Maringá e em outras cidades a Cr\$ 7,00 ou Cr\$ 8,00, até Cr\$ 10,00 a lata quando encontrada nos armazéns.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos atravessando uma grande crise de alimentação. O povo está pagando o alimento muito mais caro.

No Rio Grande do Sul os produtores estão preferindo perder 20 a 30% de sua safra de arroz do que vendê-la dentro da tabela fixada pelo Governo. Gostaríamos de alertar nossas autoridades, do Ministério da Agricultura, da SUNAB, para que façam cumprir a Lei porque caso contrário estarão criando uma crise social somente pela sua ganância, por não querer vender o óleo dentro da tabela fixada pelo Governo.

Quando o cidadão comum não cumpre a Lei, ele vai até mesmo para a cadeia, então, que esta mesma Lei possa vigorar também para esses inimigos da economia popular, desses que não querem se enquadrar aí à própria Lei da



Segurança Nacional, e nós estamos vendo então os abusos generalizados em matéria de economia popular, dentro do nosso Interior do Paraná.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de nos congratular com a Polícia de Londrina, que depois de muitos anos levou, às grades da prisão, uma professora que vinha prostituindo até alunos de sua escola, a famosa professora Joana Loira — que já mereceu inclusive uma Comissão de Sindicância da Secretaria da Educação e Cultura e, essa Comissão foi a Londrina, não apurou nada.

Agora estávamos lá, e, com a mudança de Delegado em Londrina, houveram três inquéritos contra esta professora que vinha usando o telefone para fazer chantagem contra pais de família ilustres, de Londrina, contratando elementos para chantagear os pais de família, de Londrina, esta professora que vinha praticando prostituição abertamente, que montou um prostíbulo em sua própria casa, escandalizando as demais professoras de bem, de Londrina.

Gostaríamos então de nos congratular com a Polícia de Londrina, que fez aquilo que a Comissão de Sindicância não conseguiu, provar que esta professora vinha explorando escandalosamente o lenocínio, em Londrina. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quando requeremos nesta Casa a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar denúncias que aqui recebemos, de que teria havido favorecimento numa concorrência pública realizada pelo DETRAN para aquisição de motocicletas, fomos até admoestados pelo então Líder do Governo nesta Casa, que nos disse que um simples Pedido de Informações — o que possivelmente até através de telefone poderia ser feito — bastaria para obtermos as informações, do Diretor do DETRAN, Dr. Marcos Prado, que necessitávamos na ocasião, para atender duas firmas da Capital, licitantes daquela concorrência, firmas que se julgavam prejudicadas pelos atos do Diretor do DETRAN, o que não era verdade, porque antes disso solicitei ao Líder do Governo que me trouxesse as razões pelas quais o edital de licitação do DETRAN para a compra de motocicletas, tinha sido dirigido praticamente a uma determinada marca de motocicletas existentes no mercado; disse ainda naquela oportunidade, que não acreditava absolutamente que tivesse havido algum deslize por parte do Diretor do DETRAN, que eu considero homem de bem, embora debite em sua administração contáveis erros no sistema viário da cidade mas que, pessoalmente, considerava-o homem de bem como o considero, o Dr. Marcos Prado. Porém, o recurso que teve esta Casa naquela oportunidade, foi constituir realmente a Comissão Parlamentar de Inquérito porque as denúncias trazidas ao conhecimento desta Casa eram por demais graves para que os Senhores Deputados que têm a missão de fiscalizar os atos do Poder Executivo, silenciassem ou fizessem "ouvido de mercador" aquelas denúncias.

A Comissão está aí quase por encerrar-se, não sei ainda dos resultados da mesma, mas tão logo sejam divulgados pela Comissão os referidos resultados, se inocentarem os homens do DETRAN serei o primeiro a vir a esta Tribuna reconhecer de público que a transação fora lícita, fora boa, mas, cumprimos o nosso dever porque nós não podemos nos alienar jamais, como Deputados representantes do povo.

Agora, vi na coluna do jornal "O Estado do Paraná", do jornalista Carlos Jung, que se prepara um mandado de segurança contra uma nova licitação do DETRAN. Está o DETRAN em vias de adquirir computador eletrônico para o controle do sistema de tráfego da cidade, e que, segundo o noticiário daquele colunista, que é um jornalista muito bem informado, alegam três firmas que trabalham no ramo de computadores, que o prego, digo, prazo dado para apresentação das propostas foi por demais exíguo, prazo de 30 dias e como se trata de matéria importada que não é fabricada no Brasil, consideram o prazo exíguo e vão impetrar mandado de segurança porque se diz à boca pequena que só uma firma conseguiu apresentar documentação e esta seria a privilegiada no caso. É o que se comenta. Não estou afirmando nada porque afirmo só com dados concretos. Faço um apelo ao nobre Líder Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para que verifique o que há de positivo nesta notícia do jornalista Carlos Jung para que não tenhamos o desprazer de instalar nova CPI para verificar nova transação no DETRAN, porque três firmas vão impetrar mandado de segurança. Se o prazo é exíguo pois se trata de matéria estrangeira, não fabricada no Brasil e que demanda importação e sabemos que a tramitação da documentação para importação geralmente é demorada, porque existem entraves burocráticos para a importação de mercadorias, o normal seria que o Diretor do DETRAN seguindo a orientação do atual Governo, que tem administrado de portas abertas, sem nenhum segredo para ninguém porque é honesto, trabalhador, têm que levar em consideração este fato se realmente o prazo é exíguo e dilatar o mencionado prazo, para que todas as firmas que pagam impostos e em consequência o Governo deve e pode atender a este apelo para que estejam em condições de apresentar proposta. É o apelo que faço ao Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para que nós demos uma satisfação a respeito desta nota que li na edição de sábado do jornal "O Estado do Paraná", na coluna do jornalista Carlos Jung, quando chegarem a esta Casa reclamações a respeito desta concorrência para aquisição de material de computadores eletrônicos tenhamos as informações para respondermos às partes e dar satisfação ao povo porque, como disse anteriormente, a função principal do Deputado é exatamente a fiscalização dos atos do Poder Executivo e a boa aplicação dos dinheiros arrecadados do povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Disse muito bem o Presidente desta Casa, Sr. Deputado João Mansur ao afirmar que o funcionalismo público é um injustificado. Realmente é um grande injustificado.

Já tivemos a oportunidade, desta Tribuna de afirmar e com isto concordaram os nobres Deputados que aqui representam o Estado do Paraná, que de 69 para cá em termos de aumentos concedidos ao funcionalismo público federal e estadual, o estadual leva uma desvantagem em termos de percentagem em torno de 51,8%. Isto porque em 1970 não recebeu o servidor de nosso Estado qualquer aumento por parte do Poder Executivo e em consequência é dramática a situação de grande maioria do funcionalismo que em última análise é o maior responsável pelo crescimento e desenvolvimento do nosso Estado, porém, a anunciada percentagem dita há poucos instantes desta Tribuna pelo nobre Deputado João Mansur, irá minorar um pouquinho o drama mas não irá solucionar. Temos certeza que o funcionalismo receberá este aumento de 10% como se fora um autêntico "presente de grego", fornecido

pelo Governo. O drama continuará da mesma forma e será assim por muito mais tempo, se o Governo do Estado não instituir e colocar em vigor, o que determina a lei aprovada por esta Casa em fins de 69 e regulamentada por decreto, em que institui um plano de classificação de cargos do Poder Executivo. Aí sim, será uma solução objetiva para o funcionalismo; e não este aumento irrisório anunciado há instante desta Tribuna, que manterá o funcionalismo em seu mesmo drama, que manterá a sua família enfrentando grandes dificuldades. Lembrou também o eminente Deputado João Mansur, ao dizer que haveria necessidade do Governo não esquecer dos funcionários públicos que exercem funções liberais, que de há muito esta Casa está esperando uma Mensagem que vem de encontro aos interesses dos Advogados do Estado, responsáveis pela defesa em juízo, de ações vultosas, envolvendo interesses do Paraná e que representam milhões de cruzeiros, e são mal remunerados.

É preciso que o Governo não se esqueça em sua Mensagem, de ver a situação difícil em que se encontram os professores suplementaristas do Paraná; É preciso que o Governo não se esqueça do drama vivido pelas zeladoras do ensino, contratadas, as quais recebem salários de miséria, apesar de dedicarem suas existências em prol do progresso do nosso Estado; É preciso que, acima de tudo, o Governo não se esqueça e que aprove, como fez o Estado de São Paulo, a imediata reclassificação dos cargos do Poder Executivo, porque realmente é a única maneira do Poder Executivo solucionar o drama do funcionalismo.

Agora, me perdoe, eminente Deputado do Partido do Governo, 10% é um "presente de grego". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente desejava fazer um apelo, em especial dirigido aos meus ilustres e nobres colegas de Bancada, da Aliança Renovadora Nacional, para que fizessem um esforço e comparecessem às Sessões Extraordinárias desta Casa, já programadas para as 14 horas. Por três Sessões consecutivas não tivemos "quorum" necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia. Como temos matéria em condições de ser discutida e analisada, solicita o Sr. Presidente da Casa que eu faça um apelo à nossa Bancada, — e o faço desta Tribuna.

Valho-me, desta oportunidade, para dizer ao ilustre Deputado Maurício Fruet da guerrida Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, de que o Sr. Governador do Estado, como disse S. Exa., o Sr. Presidente João Mansur, está altamente sensibilizado com a situação do funcionalismo do nosso Estado. E desejamos também afirmar que, muito embora os índices percentuais do aumento, deverão por certo, ser fixados na Mensagem Governamental, não estão ainda definidos. Todavia para que esta Casa não se surpreenda com uma mensagem; quando se fala num aumento puro e simples, na ordem de 20 por cento, devemos desta Tribuna afirmar de que o Estado do Paraná foi a única unidade federativa a conceder um aumento ao funcionalismo público no mês de outubro de 73. É bem verdade que existem distorções em consequência ainda de falta de envio de Mensagens em Governos anteriores para que coincidisse em percentuais e época de aumento com o Governo Federal. Todavia S. Exa. tem a firme disposição de, além de conceder um aumento a partir de março do corrente ano, dar também um abono a partir de primeiro de outubro do corrente ano. Mas poderá solicitar também autorização legislativa nesta Mensagem para que o Governo do Estado do Paraná em março de 75 volte a conceder novo aumento ao funcionalismo público estadual nos mesmos níveis e na mesma época em que o Governo da República conceder aumento ao funcionalismo federal.

Por outro lado uma Comissão de alto nível está também já elaborando Mensagem que deverá nos próximos dias ser remetida a esta Casa, visando proporcionar aos profissionais liberais funcionários públicos, condições melhores.

Não vamos discutir desta Tribuna no Pequeno Expediente pois o tempo não nos possibilitaria, a quanto montam as despesas a mais para os cofres do Tesouro do Estado com o aumento e o abono agora preconizados. Tão somente aduziríamos de que algumas faixas do funcionalismo público estão recebendo razoavelmente bem. Poderíamos nos referir à área do ensino; poderíamos falar sobre o pessoal militar, para dizermos também que está quase equacionado o problema dos integrantes da Polícia Militar do Estado; o pessoal do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

Temos o funcionalismo de salário mínimo que não passará jamais daquela categoria de contratado, recibado ou do quadro suplementar do Estado.

Advogados, médicos, engenheiros e dentistas são os que, a nosso ver, deverão merecer cuidado especial do Governo do Estado.

Mas outras vantagens virão nesta Mensagem.

O descongelamento por certo, das pensões fixadas em cinquenta cruzeiros que o Governo tem o propósito de elevar para cem cruzeiros, além de outros benefícios que poderão advir da remessa desta Mensagem.

Quero também afirmar desta Tribuna que o Deputado João Mansur tem sido incansável nos contactos que tem mantido com o Governador do Estado e com as áreas governistas, no sentido de urgenciar providências. O que é necessário é que todos tenhamos compreensão da capacidade que o Estado tem e até onde poderemos ir, porque é melhor não conceder do que não poder pagar e tudo está sendo equacionado no sentido de que o funcionalismo continue recebendo os vencimentos de um mês no início do mês seguinte.

Eram os esclarecimentos e informações que me cabiam, desta Tribuna, oferecer ao ilustre Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — (Lendo): "Sr. Presidente, srs. Deputados. Os benefícios que uma Agência dos chamados Bancos Oficiais leva aos Municípios e Regiões em que é instalada dispensam maiores comentários. Daí as razões pelas quais sempre assistimos a reivindicações municipais, em nosso Estado, objetivando a instalação de uma Agência do Banco do Brasil S.A. ou do Banco do Estado do Paraná S.A.

Em última instância, a instalação de tais Agências depende do Conselho Monetário Nacional. O processamento culmina com a proposição que os Bancos Oficiais submetem à apreciação do Conselho solicitando a devida autorização para instalar em determinado município uma Agência. Os pedidos, normalmente, são fundamentados em criteriosos trabalhos de estatística econômica procedidos pelos Gerentes e Inspetores dos Bancos proponentes.

Lamentavelmente, tudo isto passa a ter valor secundário na apreciação



da matéria, imperando, acima de tudo, o interesse da rede privada de Bancos, pois o Conselho Monetário transfere, adia o máximo, a aprovação da abertura de uma Agência do Banco do Brasil ou do Banestado nas principais praças, preservando, insistimos, os interesses da rede privada já ali instalada.

A simples observação das últimas Agências do BB que o Conselho autorizou a abertura em nosso Estado demonstra a afirmação. Surpreende todos que apenas ao final de 1973 um Município da expressão de Marechal Cândido Rondon, situado no Oeste paranaense, venha a ter autorizada uma Agência de nosso principal estabelecimento de crédito, enquanto outras praças, incomparavelmente menores, há longo tempo já a possuem.

Tudo, repetimos, em função de estar o Conselho, na espécie, a serviço dos interesses da rede privada que nele inclusive, se faz muito bem representada. Tal atitude do Conselho consiste, em nosso entendimento, em um verdadeiro ato de sabotagem econômica. A última vítima do Conselho, em nosso Estado, foi o Município de Dois Vizinhos, um dos mais progressistas do Sudoeste paranaense. O Banco do Brasil propôs, relacionando-a entre as primeiras, a abertura de uma Agência ali e o Conselho Monetário, a exemplo do que já vinha fazendo com os pedidos do Banco do Estado no mesmo sentido, negou aprovação do proposto, nos termos, aliás do que nos foi comunicado, através de Telex, por um Diretor do Banco do Brasil.

Desta forma, o Município de Dois Vizinhos, já atingido pela administração de um Prefeito incompetente, vê-se também prejudicado pelos interesses que orientam as decisões do Conselho Monetário quando se trata da instalação de novas Agências dos Bancos Oficiais.

O assunto é de grande importância e merece ser tratado com a maior atenção. Por isto, mais à frente, pretendemos retornar a ele. Até lá, além destas breves considerações, formulamos o seguinte Requerimento, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda, e que submetemos à apreciação da Casa".

O Requerimento está vasado nos seguintes termos: "Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, seja endereçado a S. Excelência Sr. Mário Henrique Simonsen, DD. Ministro da Fazenda, correspondência com o seguinte teor:

"Senhor Ministro,

Lamentável, sob todos os aspectos, tem sido a atitude do Conselho Monetário Nacional no tratamento dos pedidos que lhe são submetidos pelos Bancos Oficiais para abertura de novas Agências. Retarda ao máximo a autorização para as principais praças com o objetivo inequívoco de favorecer a rede bancária privada que neles se encontra instalada.

No Paraná, causa-nos espécie que um Município da expressão de Marechal Cândido Rondon, pelo econômico regional, apenas ao findar o ano de 1973 tenha sido beneficiado com a autorização de funcionamento de uma Agência do Banco do Brasil S.A., enquanto outros, de menor expressão desde longo tempo, já possuem filiais de nosso principal estabelecimento de crédito.

Ainda recentemente, a praça de Dois Vizinhos, no Sudoeste do nosso Estado, embora incluída entre as primeiras propostas ao Conselho pelo Banco do Brasil S.A., teve a sua autorização de abertura negada, o que, aliás, já havia ocorrido com idêntico pedido do Banco do Estado do Paraná S.A.

Tal procedimento do Conselho Monetário Nacional traduz verdadeiro ato de sabotagem aos maiores interesses da economia paranaense. Daí a razão pela qual formulamos o presente Ofício a Vossa Excelência, objetivando obter sua esclarecida atenção para o problema e dizer aos Senhores membros do Conselho Monetário Nacional que ali se encontram para a proteção das conveniências da Nação e não dos grupos financeiros a que, por simpatia ou interesses estejam ligados".

"Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., Presidente do Banco do Estado do Paraná. Prefeitura e Câmara Municipal do Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, 25 de março de 1974. Assinado, Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)".

Conforme, disse, ao findar minhas palavras, é um assunto da maior importância. As vítimas não se encontram apenas no Estado do Paraná, mas em quase todo o País. O Conselho Monetário Nacional, no que diz respeito a abertura de novas agências do Banco Oficial, tem servido, acima de tudo aos interesses de ordem privada e nelas se faz representar. Por isso, inclusive contrariando instruções do Banco Central, é que o Conselho merece nossas críticas, críticas hoje feitas em breves palavras mas pretendemos, em curto espaço, retornar ao assunto, porque a solução do problema é do mais alto interesse não só para a economia de nosso Estado, mas acredito mesmo, para a economia de outros Estados, nos quais o problema também se apresenta. Mas o Paraná é a maior vítima, daí a razão de nosso Requerimento endereçado a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda que, no início de Governo, face também a uma nova composição do Conselho Monetário, poderá levar o assunto a debate naquele Conselho e obter uma solução que atenda, de fato, aos interesses dos Municípios de nosso Estado, infelizmente relegados até a presente data, pelo descaso e pelo interesse do Conselho Monetário Nacional, em atender as reivindicações da rede privada em prejuízo daqueles Municípios. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Votação em 1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 264-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar na Cidade de Telêmaco Borba, mais um Estabelecimento de Ensino do Ciclo Colégio, para funcionar no ano de 1972. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — Rejeitado.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 68-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 219-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 69-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 225-73, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, órgão do

Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 125-69, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo criar a partir de 1970, um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo Substitutivo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 215-69, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria em Entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 18-73, de autoria do Dep. Quielse C. da Silva, que denomina Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual da sede do Município de Marilena. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### Projeto de Lei n.º 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Cândido Berthier Fortes, o Ginásio Estadual localizado na sede do município de Marilena.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

Cândido Berthier Fortes, descendente de pioneiros e ele próprio pioneiro, pertence à estirpe dos homens que escreveram a história do norte paranaense. Em suas lutas bravas de agricultor e plantador de civilização, fundou as cidades de Itambaracá e Guairacá, sempre acompanhado por sua esposa, Dona Dávia, a quem Cândido Fortes sempre atribuiu grande parcela de responsabilidade e compartilhamento.

Ao falecer no dia 10 de outubro de 1963, na cidade de Jacarezinho, Cândido Berthier Fortes deixou aos seus quatro filhos, entre os quais se destaca o nosso ilustre colega Deputado Wilson Figueiredo Fortes, um legado de trabalho e dedicação à terra paranaense.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 18-73

##### Requerimento:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer a Vossa Excelência que o Projeto de Lei n.º 18-73, distribuído ao requerente para fins de parecer, seja redistribuído, tendo em vista que a matéria nele tratada diz respeito ao pai do requerente.

Sala das Comissões, em

Wilson Fortes

#### PROJETO DE LEI N. 18-73

##### Requerimento:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer a Vossa Excelência que o Projeto de Lei n.º 18-73, distribuído ao requerente para fins de parecer, seja redistribuído, tendo em vista que a matéria nele tratada diz respeito ao pai do requerente.

Sala das Comissões, em

Wilson Fortes

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 18-73

1 — O Plano de lei em foco, de autoria do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, visa denominar "Cândido Berthier Fortes", o Ginásio Estadual de Marilena.

2 — Justa e nobre a iniciativa do autor, que pretende homenagear tão ilustre homem pioneiro, que pertence à estirpe daqueles que escreveram a história do norte paranaense; o qual deixou inestimáveis serviços prestados em lutas bravas de agricultor e plantador de civilização, fundador das cidades de Itambaracá e Guairacá, onde deixou um legado de trabalho e dedicação em prol da terra paranaense.

3 — Pelas razões expostas e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, somos favoravelmente pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

as. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

mais quatro ass. ilegíveis.

#### Comissão de Instrução Pública

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 18-73

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, visa denominar "Cândido Berthier Fortes", o Ginásio Estadual de Marilena.

2 — Este projeto devidamente estudado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — A medida proposta se nos afigura das mais justas, considerando-se os inestimáveis serviços prestados pelo saudoso Cândido Berthier Fortes, como valoroso desbravador do norte paranaense, onde pontificou como bravo agricultor e semeador de civilização, deixando assinalado na história do interior paranaense exemplos magníficos de sentimento e amor paranaense.

4 — Face ao exposto e quanto ao mérito que cabe à esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973.

as. ilegível — Presidente

ROSARIO PITELLI — Relator

as. ilegível



ceiro da Tenda;

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 192-73, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**Projeto de Lei n.º 192-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1973.

IRIS CALDART

**JUSTIFICAÇÃO:**

Pelo documento incluso-Estatuto — depreende-se que a entidade preenche os requisitos necessários à declaração de utilidade pública, daí o projeto que nos permitimos de submeter ao estudo e a deliberação da Casa.

Aos onze dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e dois, na residência do Irmão Emilio José Amar Uba, sita à Rua Prudente de Moraes n.º 345 — Apartamento 4, foi realizada a primeira reunião da Diretoria, a qual contou com a presença dos Irmãos Max Schnirmann, Emilio José Amar Uba, Juarez Biazetto, Diogenes Dacheux Stori, Amadeu Renato Negrão Candeu, Boristaigenhaun, Raquel Schnirmann, Perola Schnirmann, Argemira Candeu, Judith de Souza Uba, Waldemar Bahl, Lindamir Bahl, Ari Leon Jurkiewicz e Janete Didia Neves. Pelo Presidente da Comissão de Estudo foi o mesmo apresentado para discussão e aprovação, o que foi feito item por item, artigo por artigo, alíneas por alíneas, enfim, estudado e aprovado no seu todo, que passa a ser transcrito, para ser doravante obedecido como a carta magna da Tenda de Umbanda Pai João do Recife.

**ESTATUTOS**

Art. 1.º — A Tenda de Umbanda Pai João do Recife, fundada nesta cidade de Curitiba no dia 15 de setembro de 1953 (hum mil novecentos e cinquenta e três), compõe-se de número ilimitado de sócios, de qualquer nacionalidade, os quais serão classificados nas categorias de "Fundadores" — "Beneméritos" — "Contribuintes" — e "Praticantes".

Art. 2.º — São seus fins:

- Ministrar os ensinamentos da doutrina de Jesus, promovendo pesquisas, propagação e desenvolvimento de conhecimentos espirituais, sob a orientação dos Mestres Espirituais;
- proporcionar aos associados ou a quem necessitar, todo o amparo em caso de moléstias físicas ou espirituais;
- concorrer para que a trilogia "Fé, Esperança e Caridade" se irradie sobre toda a humanidade;
- procurar por todos os meios levantar Templos à Virtude e cavar masmorras ao vício;
- respeitar as Leis e Poderes Constituídos do País;
- manter relações com as organizações espiritualistas do País;
- criar escolas, bibliotecas, casas de saúde, abrigos, templos de meditação e cultos iniciáticos;

Art. 3.º — Da admissão dos sócios:

- O quadro social da Tenda compor-se-á de pessoas de bons costumes, sem distinção de cor, crença religiosa ou categoria social;
- A admissão de novo sócio será precedida de proposta assinada por um sócio que esteja em pleno gozo de seus direitos, e dela constarão nome, idade, estado civil, filiação, naturalidade e residência do proposto;

Art. 4.º — Classificação dos sócios:

- Os sócios da Tenda são classificados em quatro (4) categorias, a saber:
- Fundadores** — Todo aquele que em 15 de setembro de 1953 assinou a ata constitutiva da Tenda;
  - Beneméritos** — Todo aquele que prestar serviços relevantes ou que façam doações superiores a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) de uma só vez à Tenda;
  - Praticantes** — Todo o associado que tiver participação ativa nos trabalhos mediúnicos.
- § primeiro — Os deveres e obrigações dos sócios praticantes serão regidos por Regulamento Específico;
- § segundo — Está isento do pagamento da mensalidade o associado que por motivos superiores, perfeitamente justificados e a critério da maioria, não possa continuar a contribuir, gozando, porém, de todas as regalias concedidas.

Art. 5.º — Dos direitos dos sócios:

- Tomar parte nas sessões de Assembléia Geral;
- Votar e ser votado, para os cargos de direção, de acordo com o art. 4.º e suas alíneas;
- pedir convocação da Assembléia Geral, através de requerimento dirigido à Diretoria, acompanhado de 2/3 de assinaturas de associados, no mínimo, e na data do mesmo que estejam quites com a tesouraria;
- assistir aos trabalhos mediúnicos nos dias previamente determinados pelos Guias Espirituais, excetuando-se os de trabalho extraordinário, cuja frequência dependerá da determinação dos mesmos Mestres;

Art. 6.º — Dos deveres dos sócios:

- concorrer, por todos os meios, para o engrandecimento da Tenda;
- auxiliar a Diretoria em todos os atos que requeiram o seu concurso;
- fazer parte da Assembléia Geral, desde que esteja em gozo de seus direitos sociais e aceitar os cargos para que tenha sido eleito ou nomeado, dos quais só poderá eximir-se no caso de justificada impossibilidade;
- pagar as mensalidades pontualmente;
- cumprir e respeitar as disposições contidas nestes Estatutos;
- obedecer as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria;
- respeitar e fazer respeitar o silêncio, quando dos trabalhos da Tenda, a fim de que se obtenha o máximo êxito;
- prestar sincero auxílio, dentro de suas possibilidades, não só aos necessitados como também ao engrandecimento da Tenda, para que se possa alcançar os objetivos destes Estatutos;

Art. 7.º — Da exclusão dos sócios:

- Serão excluídos do Quadro Social da Tenda:
- os que praticarem atos intencionais de desrespeito físico ou moral, que venham prejudicar seus semelhantes;
  - os que por inobservância às proibições constantes destes Estatutos, mantenham discussões políticas ou religiosas em qualquer dependência da Tenda.

Art. 8.º — Da Administração:

a) A administração da Tenda será exercida por uma Diretoria com mandato por um (1) ano, e será constituída pelos seguintes membros:

- Presidente — Max Schnirmann
- Vice-Presidente — Amadeu Renato Candeu
- Secretário — Judith de Souza Uba
- Tesoureiro — Boris Faigenbaum
- Orador — Juarez Biazetto Lorusso
- Diretor Social — Diogenes Dacheux Stori
- Diretor Espiritual — Emilio José Amar Uba
- Diretor de Patrimônio — Ari Leon Jurkiewicz

Art. 9.º — Das eleições:

- As eleições serão realizadas anualmente, a cada dia 8 do mês de dezembro, em eleições livres e com voto secreto;
- o voto pode ser exercido nominalmente para cada cargo da Diretoria ou em chapa previamente redigida e apresentada à Diretoria em exercício, com, no mínimo, 15 dias de antecedência;
- todos os membros da Diretoria em exercício poderão ser reeleitos;
- gozarão do direito do voto os associados que estiverem quites com a tesouraria.

Art. 10.º — Das atribuições da Diretoria:

- cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e dos presentes Estatutos;
  - eliminar sob proposta da Tesouraria os sócios que deixarem de pagar 5 (cinco) mensalidades consecutivas, sem justa causa;
  - zelar pelos bens patrimoniais da Tenda;
  - designar dia e hora para realização de sessões mediúnicas, depois de aprovados pelos dirigentes espirituais dessas sessões;
  - fornecer ao Conselho Fiscal, para exame, todos os elementos solicitados, dez (10) dias antes da tomada de contas da Tesouraria;
  - proceder mensalmente a verificação dos documentos de caixa;
  - orçar as despesas, no início de cada exercício, baseada na arrecadação provável;
  - autorizar todas as despesas extraordinárias, no limite das possibilidades dos saldos existentes;
  - advertir, suspender ou excluir os associados comprovadamente incorridos nas penas do art. 7.º e suas alíneas;
- § Único: — a Diretoria reunir-se-á em sessões ordinárias uma vez ao mês, e quando convocada pelo seu Presidente.

Art. 11.º — Do Presidente e Vice-Presidente

Compete ao Presidente:

- presidir todas as sessões da Diretoria;
- visar todas as ordens de pagamento;
- representar a Tenda em juízo ou fora dele. Só poderá nomear substituto com plenos poderes ou poderes limitados com autorização prévia da Assembléia.

Compete ao Vice-Presidente:

- substituir o Presidente no exercício das funções, em todos os seus impedimentos;
- assumir a Presidência em caso de renúncia do ocupante do cargo, até o término do mandato respectivo;

Compete ao Secretário:

- secretariar todas as reuniões da Diretoria;
- ter sob sua guarda os livros da secretaria e atas;

Compete ao Tesoureiro:

- proceder o exercício financeiro;
- ter sob sua guarda, digo responsabilidade a guarda do dinheiro;
- ter sob seu controle a escrituração contábil;
- apresentação trimestral do Balancete;
- proceder anualmente a feitura do Balanço Geral com as implicações de Lei;

Compete ao Orador:

Representar a Tenda em festividades e reuniões em que seja adicida sua participação.

Compete ao Diretor Social:

Promover todas as festividades inerentes ao ritual espiritual;

Compete ao Diretor do Patrimônio:

Ter sob sua guarda todos os bens patrimoniais, zelando pela sua conservação.

Compete ao Diretor Espiritual:

Estabelecer ligações e normas das atividades litúrgicas com a Diretoria Civil.

Art. 12.º — Da Assembléia Geral

a) A Assembléia Geral é a reunião de sócios efetivos, e será constituída desde que compareça número legal de associados quites com a Tesouraria, sendo sempre a sua convocação precedida de Edital fixado na Tenda;

b) As Assembléias Gerais se dividem em Ordinárias e Extraordinárias:

Ordinárias — São convocadas para eleição de membros da Diretoria, na primeira quinzena do mês de Dezembro de cada ano e proceder-se-á a respectiva posse dos eleitos no dia 08 do mesmo mês; esta assembléia é anual;

Extraordinárias — São convocadas quando a Diretoria julgar conveniente e quando 2/3 (dois terços) dos associados, em pleno gozo de seus direitos, requerer por escrito sua convocação, declarando no próprio requerimento qual o assunto;

§ Único — As Assembléias Gerais convocadas pela Diretoria somente poderão funcionar em primeira convocação com o comparecimento de 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda convocação 30 (trinta) minutos depois com qualquer número de associados;

§ segundo — As Assembléias Extraordinárias convocadas a pedido de associados somente poderão funcionar com o comparecimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de associados em pleno gozo de seus direitos sociais;

Art. 13.º — Compete à Assembléia Geral:

- eleger membros para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, observando o que preceitua o art. 8.º e suas alíneas;
- deliberar sobre qualquer recurso de atos da Diretoria que lhe seja interposto;
- conceder títulos de "Sócios Beneméritos";
- resolver os casos omissos destes Estatutos;
- eleger o Presidente e seus trabalhos, o qual escolherá o Secretário da Mesa;

Art. 14.º — Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria e compete-lhe:

- dar parecer sobre todas as propostas ou assuntos de interesse finan-



b) examinar e dar parecer sobre Balancete, requerendo, quando julgar necessário, vistoria sobre toda a escrituração existente;

c) verificar a origem da receita e a finalidade das despesas, propondo medidas para desenvolver o aumento dos Bens Patrimoniais da Tenda ou reprimir abusos;

§ Único — o mandato do Conselho Fiscal será por igual período ao conferido à Diretoria pelo Art. 8.º — letra "a".

Art. 15.º — Do Patrimônio e das Finanças:

O Patrimônio da Tenda será constituído:

a) pelos bens imóveis que possua ou venha a possuir, os quais não poderão, em hipótese alguma, serem doados, vendidos ou permutados, sem autorização prévia da Assembléia Geral, especialmente convocada e aprovada por 2/3 (dois terços) de associados em pleno gozo de seus direitos;

b) pelos bens móveis, como móveis e utensílios, joias, de admissão, doativos e outros valores materiais que forem arrecadados, e a sua aplicação deverá ter por base a maior segurança e garantia, visto representar o esforço de todos os Irmãos, competindo à Diretoria dar aplicação conveniente, sempre com a aprovação de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 16.º — De sua filiação

A Tenda de Umbanda "Pai" João do Recife filiar-se-á a Entidades Espiritualistas com funcionamento regular em todo o País, ressalvando entretanto, o domínio e posse de seu Patrimônio, bem como completa autonomia na aplicação e administração de seus bens e, ainda, o direito de se retirar quando assim o decida a maioria de seus associados, não podendo, porém, filiar-se a Entidades que não tenham por princípio a Doutrina de Jesus, através da orientação dos Mestres Espirituais;

Art. 17.º — Da responsabilidade dos associados:

Os associados da Tenda de Umbanda Pai João do Recife não respondem ativa ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Diretoria da mesma.

Art. 18.º — Da Dissolução da Tenda:

A dissolução da Tenda efetuar-se-á quando o número de seus associados for inferior a sete (7); outros bens existentes serão destinados a outra Tenda Espiritualista que tenha a finalidade a que se propõe a Tenda de Umbanda Pai João do Recife ou a uma Instituição da maioria de votos em sessão especialmente convocada, lavrando-se uma Ata Especial, assinada pelos presentes.

Art. 19.º — Dos regimentos internos:

Farão parte dos presentes Estatutos os Regimentos Internos que tenham sido aprovados pela Assembléia Geral.

Art. 20.º — Os presentes Estatutos, aprovados em Assembléia Geral realizada aos oito dias do mês de Dezembro de hum mil novecentos, digo realizada nesta data, constituem a Lei que regerá a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, entrando em vigor imediatamente, sendo obrigatório seu registro em Cartório de Títulos e Documentos.

Art. 21.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Foram os fundadores da Tenda de Umbanda Pai João do Recife os senhores: José Guelmann (falecido), Vicente Galdi (falecido), Hamilton Galdi, Jairo Stivelberg, Leon Barg e senhora Jaci Portes Vellozo.

É a seguinte a sua atual Diretoria:

Presidente: Max Schnirmann

Vice-Presidente: Amadeu Renato Candeu

Secretário: Judith de Souza Uba

Tesoureiro: Boris Faigenbaum

Orador: Juarez Biazetto Lorusso

Diretor Social: Diogenes Dacheux Stori

Diretor Espiritual: Emilio José Amar Uba

Diretor de Patrimônio: Ari Leon Jurkiewicz

A seguir, o Irmão Emilio José Amar Uba, apresentou uma proposta para ser alugado um imóvel, sito à Rua Barão de Antonina n.º 166, pelo preço de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) mensais, tendo informado que o local é apropriado para a sede da Tenda, podendo, além das reuniões, ser utilizado para a parte religiosa e outras, inclusive para sublocar parte do prédio. Assim sendo, foi o Irmão Emilio José Amar Uba encarregado de apresentar o contrato de locação para ser assinado, por quem de direito, conforme dispositivo estatutário. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, posta em discussão e aprovada por unanimidade, motivo pelo qual vai assinada por mim, pelo senhor Presidente e pelos demais membros presentes à reunião, tendo em vista que na presente ata ficam gravados os Estatutos da Tenda de Umbanda Pai João do Recife.

Curitiba, 11 de setembro de 1972.

aa) Max Schnirmann — Presidente

Judith de Souza Uba — Secretária

Amadeu Renato Negrão Candeu

Boris Faigenbaum

Juarez Biazetto

Emilio José Amar Uba

Diogenes Dacheux Stori

Ari Leon Jurkiewicz

Perola Schnirmann

Argemira Candeu

Waldemar Bahl

Lindamir Bahl

Janete Lúcia Neves

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER

#### AO PROJETO DE LEI N.º 192-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Iris Caldart, declarar de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Pela documentação inclusa, se nos afigura que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche as exigências da legislação que regulamenta a matéria.

3 — Não vemos, desta forma, qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues Junior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER

#### AO PROJETO DE LEI N.º 192-73

I) — O Projeto em epígrafe já recebeu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, a qual examinou as condições necessárias exigidas por Lei.

II) — Do ponto de vista financeiro, que cabe nos examinar nesta oportunidade, nenhum onus acarretará ao Estado do Paraná.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196-73, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 196-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) Iris Caldart

JUSTIFICAÇÃO: — A entidade que com o presente pretendemos declarar de utilidade pública, presta vários e importantes serviços à comunidade sem visar lucro. Além do que, preenche os requisitos exigidos em lei para tal declaração.

#### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE ESPÍRITA, SOCIAL E ASSISTENCIAL — "A C E S A"

A TENDA PAI JOAQUIM DE RUANDA, fundada em Curitiba, em 16 de dezembro de 1960, regularmente legalizada e constituída, com seus direitos assegurados pelas garantias constitucionais do País e de acordo com seus estatutos registrados em 4 de março de 1961, no Cartório de Títulos e Documentos de Curitiba, Estado do Paraná, sob o número 19.067, tendo convocado uma Assembléia Extraordinária de seus associados para o dia onze do mês de julho de 1968, às vinte horas, em sua sede social à Rua Engenheiros Rebouças, s/n.º, bairro de Santa Quitéria, conforme Edital de Convocação afixado em sua sede no dia 02 de julho de 1968, por unanimidade de votos e presença da maioria de seus associados, conforme se atesta pelas assinaturas à página 42v do Livro de Atas da referida Assembléia,

#### R E S O L V E

1) — Modificar a denominação social da entidade, para ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE ESPÍRITA, SOCIAL E ASSISTENCIAL, utilizando-se, para fins de simplificação, da sigla "ACESA", oriunda das primeiras letras que constituem a sua denominação.

2) — Aprovar o distintivo da entidade que será constituído de um triângulo com sete centímetros de base e sete centímetros de altura, em linhas cheias, em cor azul clara, simbolizando Nossa Senhora; sobre a base interna do triângulo, um castiçal de cor vermelha, simbolizando a força cristã, sobre o qual aparece uma vela em cor amarela, que simboliza a Fé, encimada pela sigla "ACESA" em cor verde, devendo a letra "E", coincidir onde supostamente seria o pavo da vela e sobre cuja letra, surge uma chama em cor avermelhada, que simboliza Jesus Cristo. O conjunto forma uma cruz, representativa da vida em Deus.

3) — Aprovar os Estatutos da "ACESA", que terão a seguinte redação:

#### CAPÍTULO I — da Sede e Suas Finalidades

Artigo 1.º — Será mantida a data de 16 de dezembro, comemorativa da fundação da TPJR, tendo como sede, domicílio e foro a cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, constituindo-se numa sociedade civil com personalidade jurídica, de caráter religioso e filantrópico, de duração indeterminada.

Artigo 2.º — A "ACESA", tem por finalidade:

a) A prática, o estudo e a divulgação do espiritualismo;

b) Divulgação e prática da caridade, social, moral e assistencial, criando exemplos e visando dar aos menos afortunados o apoio e amparo possíveis;

c) Criar, quando oportuno, escolas, bibliotecas, ambulatórios médico e dentário, creche, serviço de vacinação em geral, oferecendo alimentação, abrigo e assistência aos necessitados, especialmente relacionados com a maternidade e a infância;

d) Manter com todas as organizações espiritualistas e mesmo as que professam outros credos religiosos, a mais estrita cordialidade;

e) Promover, sempre que possível, intercâmbio cultural e espiritual, convidando e fazendo-se representar em festividades, conclaves e reuniões;

f) Respeitar as leis e os poderes constituídos do País, incentivando o espírito cívico e patriótico.

§ Único — Para a consecução de seus fins a "ACESA", lançará mão dos meios ao seu alcance e especialmente dos seguintes:

a) Realizar sessões de caridade, desenvolvimento mediúnico e aulas de evangelização, no mínimo uma vez por semana;

b) Instalar serviços de assistência social;

c) Instalar serviços de assistência médica;

d) Solicitar e receber auxílio dos poderes públicos para manter e desenvolver seus serviços assistenciais;

e) Divulgar, através da imprensa especializada, suas atividades;

f) Nomear comissões, elaborar regulamentos e criar departamentos.

#### CAPÍTULO II

#### Do Patrimônio

Artigo 3.º — O patrimônio da "ACESA" será constituído:

a) — Pelos imóveis que possuía a Tenda Pai Joaquim de Ruanda, ou venha a possuir a "ACESA", os quais não poderão ser doados, vendidos ou permutados, sem a autorização da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim e com a aprovação de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo de seus direitos, igualmente se verificando para os casos de alienação ou oneração;

b) — Pelos móveis, utensílios, alfares, imagens, material ritualístico, mensalidades, doações ou outros valores que forem arrecadados, transferindo-se automaticamente o que consta do ativo ou do passivo da TPJR, e cuja aplica-



ção deverá ser a mais conveniente e sempre com a aprovação da maioria dos diretores.

Artigo 4.º — O patrimônio só poderá ser utilizado na consecução dos fins estatutários e qualquer despesa será feita mediante prévio orçamento elaborado pela Diretoria, salvo pequenos gastos eventuais que não ultrapassem a quantia de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), dentro do mesmo mês, podendo esta importância ser atualizada, de acordo com as necessidades, uma vez por ano, por ocasião da Assembleia de aprovação de contas da Diretoria.

### CAPÍTULO III Da Administração

Artigo 5.º — A "ACESA" será administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, com o mandato de dois anos.

Artigo 6.º — A Diretoria é constituída pelos seguintes membros:  
a) — Presidente; b) — Vice-Presidente; c) — 1.º Secretário; d) — 2.º Secretário; e) — 1.º Tesoureiro; f) — 2.º Tesoureiro; g) — Orador; h) — Assistente.

São atribuições da Diretoria:

Artigo 7.º — a) — Reunir-se em sessões ordinárias, quando necessário, pelo menos, uma vez por mês, em dia, hora e local previamente determinados;  
b) — Zelar pelos bens patrimoniais da "ACESA";  
c) — Orçar a receita e despesa, no início de cada exercício, baseada na arrecadação provável;  
d) — Proceder mensalmente a verificação dos documentos de caixa;  
e) — Fornecer ao Conselho Fiscal, para exame, todos os elementos solicitados quinze dias antes da tomada de contas da Tesouraria;  
f) — Aprovar as propostas de sócios, organizar o quadro social;  
g) — Dar cumprimento às disposições estatutárias que sejam de sua alçada e não especificadas neste artigo;  
h) — Determinar, pelo menos uma vez por mês, uma reunião de congraçamento entre os seus membros ativos, aproveitando tais reuniões para discussão de assuntos de interesse da sociedade.

Artigo 8.º — Ao Presidente compete:

a) — Representar a "ACESA", em juízo ou extra judicialmente, podendo delegar poderes a outros para fazê-lo;  
b) — Presidir todas as reuniões da Diretoria e iniciar as Assembleias, após suas convocações;  
c) — Fiscalizar, coordenar e administrar de modo geral todas as atividades da "ACESA", assinando as atas, balancetes, relatórios, rubricando todos os livros utilizados pela Secretaria e Tesouraria e visando todas as ordens de pagamento;

d) — Autorizar as despesas inferiores a NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos);  
e) — Exercer o voto de qualidade.

Artigo 9.º — Ao Vice-Presidente compete:

a) — Substituir o Presidente em suas faltas, impedimentos ou licenças;  
b) — Assumir interinamente a Presidência no caso de renúncia ou cassação de mandato do ocupante do cargo, até que se realizem novas eleições para o cargo em questão;

c) — Auxiliar o Presidente em suas atribuições.

Artigo 10.º — Ao 1.º Secretário compete:

a) — Lavrar as atas das sessões da Diretoria e preparar o expediente para leitura nas sessões;  
b) — Colaborar na feitura dos relatórios e expedir a correspondência, os editais e avisos;

c) — Requisitar ao presidente todo o material que se fizer necessário, manter em dias os livros de registros e fichários;

d) — Substituir interinamente o Vice-Presidente em suas faltas, impedimentos ou licenças, salvo quando a ausência deste for considerada prolongada, quando então o Presidente nomeará o substituto.

Artigo 11.º — Ao 2.º Secretário compete:

a) — Substituir o 1.º Secretário em suas faltas, impedimentos ou licenças;  
b) — Assumir interinamente a 1.ª Secretaria, no caso de renúncia ou cassação de mandato do ocupante do cargo, até que se realizem novas eleições para o cargo em questão;

c) — Auxiliar o 1.º Secretário em suas atribuições.

Artigo 12.º — Ao 1.º Tesoureiro compete:

a) — Trazer em ordem e em dia, devidamente escriturados os livros utilizados para a escrita financeira;

b) — Efetuar todos os pagamentos determinados a quem de direito;

c) — Apresentar mensalmente à Diretoria um balancete da Receita e Despesa e no fim de cada exercício um Balanço Patrimonial e financeiro;

d) — Organizar no início de cada ano a previsão orçamentária, submetendo-a à aprovação da Diretoria;

e) — Arrecadar todas as contribuições e valores, depositando os saldos em estabelecimentos de crédito a critério da Diretoria;

f) — Assinar, juntamente com o Presidente, as ordens de pagamento, cheques, retiradas de valores em Bancos, Correio ou qualquer repartição pública e outros documentos de idêntica natureza;

g) — Prestar, a pedido, informações sobre a situação financeira e afixar mensalmente no quadro de editais o balancete aprovado pela Diretoria.

Artigo 13.º — Ao 2.º Tesoureiro compete:

a) — Substituir o 1.º Tesoureiro em suas faltas, impedimentos ou licenças;

b) — Assumir interinamente a 1.ª Tesouraria, no caso de renúncia ou cassação de mandato do ocupante do cargo, até que se realizem novas eleições para o cargo em questão;

c) — Auxiliar o 1.º Tesoureiro em suas atribuições.

Artigo 14.º — Ao orador compete:

a) — Proferir as orações oficiais e as palestras doutrinárias necessárias, organizando programas neste sentido.

Artigo 15.º — Ao assistente compete:

a) — Requisitar ao Presidente todo o material necessário aos trabalhos ritualísticos;

b) — Prestar assistência aos guias espirituais;

c) — Apresentar relatório, organizar histórico e arquivar as orientações dos guias espirituais.

Artigo 16.º — O Conselho Fiscal será composto de três membros eleitos pela Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria e com idêntico mandato, sendo de sua competência:

a) — Fiscalizar permanentemente todo o movimento econômico-financeiro, verificando se as rendas estão sendo arrecadadas devidamente e se as despesas estão sendo bem aplicadas;

b) — Dar pareceres sobre os balancetes, requerendo quando julgar necessário, vistoria sobre a escrituração existente e reprimindo todos os gastos supérfluos;

c) — Zelar pelo cumprimento deste Estatuto, das disposições regimentais e das deliberações da Diretoria.

Artigo 17.º — O mandato dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, terá a duração de dois anos.

Artigo 18.º — Perderá o mandato qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que:

a) — Faltar, injustificadamente, a duas sessões da Diretoria;

b) — Ausentar-se por mais de três meses consecutivos;

c) — Agir de má fé em prejuízo da "ACESA", não desempenhando com eficiência as atribuições de seus cargos.

Artigo 19.º — Os cargos de Presidente, 1.º Secretário, 1.º Tesoureiro e os três membros do Conselho Fiscal, serão preenchidos pelos associados que forem apresentados como candidatos na Assembleia Geral e consignarem maior número de votos, em eleições livres e com voto secreto. Os demais cargos serão preenchidos por nomeação, cabendo ao Presidente indicar o Vice-Presidente e o Orador. Ao 1.º Secretário e 1.º Tesoureiro caberá indicar os seus segundos, com a aprovação do Presidente.

§ Único — O cargo de assistente será exercido por associado designado pelo Guia Mentor Espiritual, podendo, mais de um exercer simultaneamente a mesma função, sempre com atribuições definidas pelo referido Guia.

Artigo 20.º — Na vacância, por perda de mandato, demissão, renúncia, ou qualquer outro motivo, os cargos de Presidente, 1.º Secretário e 1.º Tesoureiro, serão exercidos interina e cumulativamente pelo Vice-Presidente, 2.º Secretário e 2.º Tesoureiro, respectivamente, até que se processem novas eleições exclusivamente para o cargo vago, as quais deverão ser convocadas dentro de trinta dias, em Assembleia Extraordinária, após caracterizada a vacância.

§ Único — Ocorrendo a renúncia coletiva, novas eleições deverão ser efetuadas, com a convocação de uma Assembleia Extraordinária com o prazo mínimo de sete dias, consignada por um número mínimo de sete associados, cujos eleitos completarão o mandato da Diretoria renunciante, quando então, proceder-se-ão novas eleições.

### CAPÍTULO V Das Assembleias Gerais

Artigo 21.º — A Assembleia Geral é a reunião dos sócios efetivos, convocada por aviso afixado na sede, com o prazo mínimo de sete dias, indicado o dia, mês, hora e motivo, bem como a declaração expressa de que somente serão discutidos os assuntos nele mencionados e constituída em primeira convocação, quando presentes 2/3 (dois terços) do quadro social e em segunda, uma hora após, com qualquer número.

Artigo 22.º — As Assembleias Gerais serão:

a) — ORDINÁRIAS — as realizadas obrigatoriamente para as eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal, na primeira quinzena do mês de dezembro e as de posse, na segunda quinzena do referido mês de dois em dois anos;

b) — EXTRAORDINÁRIAS — as realizadas por convocação da Diretoria, ou por 2/3 (dois terços) de sócios em pleno gozo de seus direitos, salvo o que preceitua o parágrafo único do artigo 20.º.

Artigo 23.º — É de competência das Assembleias Gerais:

a) — Eleger de dois em dois anos, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

b) — Aprovar o Estatuto, as reformas estatutárias e deliberar sobre qualquer recurso de atos da Diretoria;

c) — Conceder títulos de benemerência;

d) — Resolver os casos omissos deste Estatuto;

e) — Eleger, por aclamação, o Presidente de seus trabalhos, o qual escolherá seus secretários;

f) — Dar posse aos membros eleitos;

g) — Deliberar sobre qualquer assunto que venha a constituir motivo de convocação.

### CAPÍTULO VI Dos Sócios

Artigo 24.º — A sociedade terá um número ilimitado de sócios com igualdade de direitos e deveres sem distinção de sexo, cor nacionalidade, posição social, estado civil, credo político ou filosófico.

Art. 25.º — A "ACESA", terá quatro categorias de sócios:

a) — FUNDADORES, todos aqueles que tenham assinado a ata de fundação da TPJR;

b) — CONTRIBUINTES ASSISTENTES, os que contribuirão mensalmente com as importâncias determinadas, sem fazerem parte da equipe de médiums.

c) — CONTRIBUINTES ATIVOS, os que, fazendo parte da equipe de médiums, por designação dos Guias Espirituais, contribuirão com as importâncias determinadas.

d) — BENEMÉRITOS, os que prestarem relevantes serviços a "ACESA".

Art. 26.º — O título de sócio benemérito será concedido por Assembleia Geral, especialmente convocada para tal fim.

Artigo 27.º — O sócio contribuinte assistente será admitido pela Diretoria, mediante proposta de um sócio em gozo de seus direitos.

Artigo 28.º — As mensalidades dos sócios serão fixadas anualmente pela Diretoria e que nortear-se-á pela situação financeira da Associação.

§ Único — O sócio que, por qualquer motivo, à critério da Diretoria, não puder continuar a contribuir com suas mensalidades, terá o direito de solicitar isenção de pagamento, temporária ou permanentemente, gozando, entretanto, de todas as regalias concedidas aos demais sócios.

Artigo 29.º — O sócio ausente, após regularizar sua situação com a Tesouraria, poderá ser reincorporado na sua categoria, salvo determinação em contrário do Guia Espiritual.

Artigo 30.º — São direitos dos sócios:

a) — tomar parte nas sessões de Assembleia Geral.

b) — votar e ser votado aos cargos eletivos.

c) — pedir convocação de Assembleia Geral, conforme as disposições estatutárias.

d) — apresentar queixa à Diretoria, por escrito, quando se julgar prejudicado em seus direitos.

e) — assistir os trabalhos mediúnicos nos dias de sessões públicas e nos dias previamente determinados pelos Guias, salvo, quando, também por determinação dos Guias sejam nomeados especificamente os assistentes e participantes, em trabalhos especiais.

Art. 31.º — São deveres dos sócios:

a) — concorrer para o engrandecimento da "ACESA".



- b) — Auxiliar a Diretoria em todos os atos que requeiram seu curso.
- c) — fazer, parte das Assembléias Gerais e aceitar os cargos para que for eleito ou nomeado.
- d) — pagar pontualmente as mensalidades e os compromissos que espontaneamente assumir.
- e) — cumprir e respeitar as disposições estatutárias e regulamentos aprovados, obedecendo as deliberações das Assembléias e da Diretoria.
- f) — cooperar na ordem e na disciplina quando assistindo trabalhos meetings.
- g) — prestar auxílio moral e financeiro, dentro de suas possibilidades a todas as campanhas promovidas pela "ACESA".
- h) — procurar integrar-se na prática moral evangélica.

## CAPÍTULO VII

## Das Disposições Gerais

Art. 32.o — A "ACESA", funcionará por tempo indeterminado e sua dissolução será efetuada quando o número de seus associados for inferior a sete.

Art. 33.o — Em caso de dissolução da "ACESA", o patrimônio e outros bens existentes, serão vendidos, leiloados ou simplesmente doados, sendo o seu produto distribuído a uma ou diversas instituições de caridade, lavrando-se uma ata especial assinada pelos presentes.

§ único — Exclue-se do artigo acima, os imóveis que possua ou venha a possuir e que foram incorporados ao seu patrimônio pelo processo de doação com usufruto, os quais voltarão a posse de seus doadores ou a seus legítimos herdeiros, quando esta cláusula constar da respectiva escritura.

Artigo 34.o — Os associados da "ACESA", não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela mesma.

Artigo 35.o — Toda e qualquer assistência prestada pela "ACESA", ao quadro social ou a pessoas estranhas, será gratuita.

Artigo 36.o — A "ACESA", formará um "Fundo de Socorro", dentro de suas possibilidades, que se destinará a atender aos necessitados em situações de emergência, a critério da Diretoria.

Artigo 37.o — Todos os membros que compõem esta Associação, eleitos, nomeados ou solicitados, exercerão as suas atividades sem perceberem proventos ou benefícios materiais.

Artigo 38.o — O presente estatuto não poderá ser alterado, senão decorridos cinco anos de sua aprovação, salvo por motivo imperioso, devidamente justificado por 2/3 (dois terços) dos sócios e em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

## CAPÍTULO VIII

## Das Disposições Transitórias

Artigo 39.o — O presente estatuto foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em onze de julho de hum mil novecentos e sessenta e oito, constituindo-se na Lei que regerá os destinos da "ACESA", sendo obrigatório seu registro no Cartório de Títulos e Documentos.

O presente estatuto foi registrado no 6.o Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em data de dois de setembro de 1968 sob o número 723 do livro A-2.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 196-73

AUTOR: — Deputado IRIS CALDART

Assinado pelo ilustre deputado Iris Caldart, tem por objetivo o presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", desta Capital.

A iniciativa não fere dispositivo constitucional e legal.

Pela aprovação.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

mais cinco as. ilegíveis

Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 196-73

1 — Subscrita pelo ilustre Deputado Iris Caldart, a presente proposição visa declarar de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial — "ACESA" — com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — O plano de lei, que ora examinamos nesta Comissão, já mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

3 — Do ponto de vista que compete a esta Comissão examinar, nada há que se lhe opor. daí nos manifestamos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ruth Oleari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.os 15-74, 16-74, 21-74, 22-74 e 23-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando voto de profundo regozijo pela investidura do Sr. Honório Petersen Hungria, na Direção da Carteira de Projetos Cooperativos, do Banco Nacional de Habitação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do Cinquentenário de fundação do Clube Atlético Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Prefeitura Municipal de Sertaneja, pela inauguração da Cozinha Central da Merenda Escolar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DER, visando providências para reparos imediatos nas rodovias que ligam Ribeirão do Pinhal a Nova Fátima e Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, objetivando obter esclarecimentos sobre o problema de abertura de novas agências bancárias em Municípios de nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da Cacex, encarecendo que seja imediatamente liberadas as exportações de soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando sejam abonadas as faltas nos dias 21 e 22 próximo passado, por estar atendendo interesses dos Municípios que representa nesta Casa. — **Ao Sr. 1.o Secretário, para os devidos fins.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.o 215-69.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 18-73, 192-73 e 196-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 275-71, 286-71, 218-73, 251-73 e 273-73.

Levanta-se a Sessão.